







A jogada Geopolítica Sustentável: Reposicionando o Brasil via Fundo Amazônia e Bioeconomia no governo Lula III

The Sustainable Geopolitical play: Repositioning Brazil through the Amazon Fund and Bioeconomy in the Lula III government

1. Gleys Ially Ramos dos Santos  <https://orcid.org/0000-0001-6471-7172>
1. Universidade Federal do Tocantins  Porto Nacional, Tocantins, Brasil
2. Kamilla Vitória Correia de Moraes  <https://orcid.org/0009-0007-7482-4722>
2. Universidade de Brasília  Brasília, Distrito Federal, Brasil

Autor de correspondência: gleys.ramos@uft.edu.br

RESUMO

A pesquisa busca explorar a bioeconomia como ferramenta do governo Lula III para as negociações ambientais, e como a Amazônia é apresentada internacionalmente como uma peça geopolítica para atrair capital estrangeiro. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a bioeconomia, e a geopolítica como ferramenta para reposicionar o Brasil no cenário internacional ambiental de forma a atrair investimentos internacionais para o território amazônico, principalmente para o Fundo Amazônia, no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Diante disso, o trabalho tem como ponto de partida, leituras a respeito da Geopolítica da Amazônia, utilizando a teoria Crítica nas Relações Internacionais e autores como Bertha Becker e Ricardo Abramovay. A pesquisa utiliza uma análise de relatórios fornecidos pelo Fundo Amazônia, como também um revisão bibliográfica e teórica, em relação a bioeconomia e a sua aplicação no contexto ambiental, buscando obter uma compreensão do papel do Brasil nas questões ambientais e como o atual governo usufrui dessa barganha internacional para posicionar o país nas políticas ambientais internacionais. Por fim, a pesquisa buscou elucidar o papel da bioeconomia como ferramenta do governo Lula III para inserção do Brasil como líder climático no cenário internacional, utilizando o Fundo Amazônia como instrumento geopolítico.

Palavras-chave: Bioeconomia; Fundo Amazônia; Geopolítica da Amazônia.

ABSTRACT

This research aims to explore the bioeconomy as a tool of the Lula III government in environmental negotiations, and how the Amazon is internationally presented as a geopolitical asset to attract foreign capital. The general objective of this study is to analyze the bioeconomy and geopolitics as instruments for repositioning Brazil on the international environmental stage, with the purpose of attracting international investments to the Amazon region, especially to the Amazon Fund, during the third administration of Luiz Inácio Lula da Silva. To this end, the study takes as its starting point readings on the Geopolitics of the Amazon, drawing on Critical Theory in International Relations and authors such as Bertha Becker and Ricardo Abramovay. The research is based on the analysis of reports provided by

the Amazon Fund, as well as a bibliographic and theoretical review regarding the bioeconomy and its application in the environmental context, seeking to understand Brazil's role in global environmental issues and how the current government leverages this international bargaining to position the country within environmental policies on the world stage. Finally, the research seeks to elucidate the role of the bioeconomy as a tool of the Lula III government to promote Brazil's insertion as a climate leader in the international arena, using the Amazon Fund as a geopolitical instrument.

Keywords: Bioeconomy; Amazon Fund; Amazon Geopolitics.

Introdução

A função internacional que a Amazônia possui e exerce respectivamente são sumariamente importantes no que se refere aos debates sobre as crises: ambiental, ecológica, climática e econômica. Observada prioritariamente como um dos principais atores internacionais nas questões ambientais e climáticas, sobretudo. Noutra via, possui um papel estratégico nas mesas de diversas negociações nas organizações e instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em vista disso, torna-se relevante compreender a relação das políticas utilizadas pelo governo brasileiro em relação aos compromissos com o território amazônico com o objetivo de atrair investimentos ambientais internacionais e, simultaneamente, busca implementar políticas governamentais de desenvolvimento ao passo que visa manter a soberania brasileira sobre a Amazônia no cenário global.

A governança climática está ligada diretamente às políticas e processos que resultam em ações eficientes para o combate à crise ambiental e por intermédio disso, o financiamento climático tem sido exaustivamente debatido no cenário de negociações internacionais, com isso, a atuação do Brasil historicamente nas negociações climáticas tornou-se constante, assumindo um papel importante de liderança climática.

Partindo do objetivo geral desta pesquisa em que nos propomos analisar a bioeconomia e a geopolítica como ferramenta para reposicionar o Brasil no cenário internacional da questão e crise ambiental, em que é sumariamente importante atrair investimentos internacionais para o território amazônico, ressaltando o papel fundamental do Fundo Amazônia, este retomado no terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Diante do exposto, estabeleceu-se a seguinte pergunta orientadora: Como o Fundo Amazônia é utilizado como ferramenta para inserir a Bioeconomia como discurso

político no governo Lula III e conseqüentemente um instrumento para inserir o Brasil no cenário internacional ambiental?

Nosso ponto de partida foi o levantamento bibliográfico acerca das categorias principais do trabalho: Amazônia, Geopolítica, Bioeconomia e Fundo Amazônia, esta última situada nas contribuições analíticas sobre investimentos e financiamentos a partir de acordos e cartas internacionais. A incorporação de literaturas antigas é justificada pela necessidade de fundamentar o debate a partir da inserção de conceitos clássicos das principais categorias desta pesquisa. Em vista disso, para contextualizar o debate acerca do Fundo Amazônia, foi crucial delinear todo seu histórico para compreender seu desenvolvimento e como foi recebido no âmbito das discussões científico e acadêmica. Dessa forma, a pesquisa parte de leituras acerca da Geopolítica da Amazônia, seguida de uma análise da política ambiental utilizada pelo atual presidente no cenário ambiental internacional, avaliando a bioeconomia utilizada e o aumento dos investimentos internacionais ao Fundo Amazônia desde 2022.

A Amazônia é uma região geográfica de maior biodiversidade do planeta. Sua biodiversidade está atrelada tanto a um ecossistema complexo e único, além de abrigar grandes reservas minerais e possuir um terço das reservas mundiais de florestas tropicais úmidas. É um bioma que tem em sua extensão a Floresta Amazônica: maior floresta tropical do mundo e a Bacia Amazônica: maior bacia hidrográfica do mundo.

Ao tratarmos de geopolítica na Amazônia neste trabalho, pretendemos compreender como são construídas as relações de poder entre países e territórios, considerando a interação recursos, interesses e a política. A geopolítica analisa como o posicionamento geográfico, as relações sociais e os recursos podem fortalecer o poder político, econômico e militar de um estado/território. Conseqüentemente, no conjunto dos objetivos da Geopolítica tem-se materializar as alianças estratégicas, evitar/fomentar os conflitos internacionais e as amplificar decisões políticas que afetam o mundo.

Para a professora Bertha Becker (2005, p. 71) trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Caracteriza-se por pressões diversas, intervenções no cenário internacional, guerras e territorializações. Tais ações tinham como sujeito fundamental o Estado, entendido como a única fonte de poder, de

representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Entretanto, a geopolítica atua nesse momento histórico, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território.

No que tange a Bioeconomia, este termo aparece nos discursos e documentos oficiais do Terceiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Entendemos a bioeconomia como um modelo que usa recursos ambientais naquilo que preconiza e investe na sustentabilidade. Esse campo de conhecimento e atuação se tornou popular na primeira década do século XXI, a partir da sua utilização pela União Europeia (UE) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Brasil, o governo federal criou uma Estratégia Nacional de Bioeconomia justificando nossas análises no campo geopolítico sob o cenário da Região Amazônica. Mediante a isso, nossa hipótese inicial é que o Fundo Amazônia é utilizado como instrumento de barganha para captar financiamento climático internacional, mas essa estratégia pode enfraquecer a soberania do Brasil, ao submeter parte das decisões sobre o uso da Amazônia aos interesses de países financiados, enfraquecendo a autonomia brasileira na gestão do território.

O presente trabalho está subdividido em quatro seções: introdução; a segunda seção aborda a Geopolítica da Amazônia a partir da perspectiva de Bertha Becker; a terceira seção o Fundo Amazônia com base na discussão acerca da compensação por danos ou investimentos climáticos e; por fim, na última seção debater sobre a Bioeconomia e o seu tripé - o desenvolvimento sustentável, a abordagem estratégica e a governança ambiental.

Este trabalho metodologicamente traz o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-vigente) como reflexões finais sobre a relação entre a bioeconomia e a geopolítica como ferramenta para (re)posicionar o Brasil no cenário internacional ambiental de forma a atrair investimentos internacionais para o território amazônico, principalmente para o Fundo Amazônia, como também para projetar o Brasil como liderança global.

Amazônia: Do Território ao Ativo Geopolítico

No decorrer do tempo, o imaginário global sobre o papel da Amazônia para o sistema internacional esteve condicionado à sua relevância para a sobrevivência do planeta terra, devido a sua vasta sustentabilidade e biodiversidade (BECKER, 2004). Dentro dessa perspectiva, a Amazônia passou a ser reavaliada como um ativo primordial para as soluções dos desafios que envolvem as mudanças climáticas, em razão dos seus recursos limitados e sua importância para o sistema global. No entanto, este trabalho toma como conceito de compreensão da Amazônia, aquele construído pelo geógrafo e professor Elizeu Ribeiro Lira (2011, p. 28-29):

Portanto quando falo de Amazônia, estou me referindo à região visível, um território palpável, uma região que por si já é uma região onde o homem do lugar sim e que conheça a sua geografia, enfim, uma região que não necessita de instrumentos técnicos e ideologias para definir seus contornos. A Amazônia brasileira é esse território, onde os seus caracteres estão ligados especificamente ao meio natural entendo que esta Amazônia esteja intrinsecamente ligada ao modo de vida das comunidades amazônicas - índios, seringueiros, castanheiros, barqueiros etc. - isso quer dizer que entre esses tipos de comunidades não exista conflitos, existe sim, só que são conflitos, de causas e efeitos ligados quase exclusivamente ao ambiente natural. Então a Amazônia brasileira que trato é definida pelos aspectos geográficos. Físicos: florestas, rios, planícies, planaltos, montanhas etc. E os aspectos humanos, esses baseados na vida comunitária dos povos que ocupam Amazônia; as comunidades indígenas, seringueiras, castanheiras, e barreiras (com a exceção do processo de urbanização regional encabeçada por Belém do Pará em Manaus) cada uma com sua diferente forma de convivência social, mas toda unidas pela consciência e pela necessidade preservar o lugar de onde resistiram seus sustento.

Entretanto, essa representação material que também é “simbólico-cultural” sobre a importância do território amazônico não está isenta dos interesses econômicos e políticos de países que estão ligados às empresas que exploram a Amazônia, mesmo utilizando de discursos de preservação e conservação deste território (BECKER, 2004). A autora expande ainda mais essa afirmação quando trata a Amazônia em escala internacional:

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da

natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território (BECKER, 2004, p. 21).

Esse paradoxo abordado pela geógrafa, explicita a geopolítica moderna mundial, visto que os países hegemônicos utilizam dessa “preocupação” com a preservação ambiental mundial para adquirir oportunidades econômicas, a título de exemplo, por meio da mercantilização da natureza. De acordo com Becker (2004), essa nova geopolítica não consiste mais na ocupação direta de um território, mas, pelo contrário, no poder de influenciar nas decisões de um determinado país sobre o uso de seu território, e é perceptível o papel da Amazônia dentro desse contexto.

A Amazônia dentro desse novo cenário geopolítico, não equivale mais a um desafio futuro, mas sim atual, que está introduzido no sistema internacional capitalista como um território periférico, não somente ele, mas também os demais países latino-americanos. Esse contexto ressalta um espaço de oposição entre a preservação/conservação e o desenvolvimento da Amazônia, devido a muitas vezes está ligada à expansão e exploração de recursos ambientais, evidenciando a lógica de “ economia de fronteira “ (BECKER, 2005).

O primeiro levante de um objetivo meramente econômico sobre a Amazônia é a sua reafirmação a partir de uma escala de interesse do capital estrangeiro. E aqui, estamos falando da criação da Amazônia Legal sobre a Amazônia Brasileira. Para Lira (2011, p. 29), o termo “Amazônia Legal é uma espécie de camisa de força sobre a Amazônia Brasileira”. O geógrafo, inclusive, convoca a dissociação geográfica dos termos:

Portanto, a inevitável dissociação geográfica dos termos “Amazônia Brasileira” e “Amazônia Legal”, uma coisa não significa outra. Isto é, não há uma sinonímia entre os nomes citados, embora se refira ao mesmo território. A grande diferença entre a Amazônia brasileira e a Amazônia Legal, é que, a primeira, como já falamos, por si só existe, está ali definida explicitada no meio natural. Enquanto que a Amazônia legal é a reinvenção da região e a dilatação das áreas de ocorrência da floresta, é a tentativa “cega” de ocupar os espaços que erradamente foram considerados vazios, é também a escamoteação dos verdadeiros objetivos e transformar uma região nativa em uma região, onde, suas relações sejam controladas pelo capital, com suas diversas formas de escravizar e de dominar as forças produtivas. enfim, Amazônia Legal é uma região criada pelos governos militares e/ou paramilitares, com intuito de reafirmar sobre soberania nacional na região e desenvolvê-la de maneira “segura”. Tudo isso sobre o patrocínio do capital estrangeiro (liberalista), encontrando neste “novo” tipo de parceria, uma brecha para apropriar-se das

riquezas minerais e vegetais da verdadeira Amazônia brasileira (LIRA, 2011, p. 29).

Essa valorização da Amazônia vai além do seu território propriamente dito - preservação com o objetivo de conter as mudanças climáticas do século XX, pois há uma estratégia econômica significativa de capital natural dentro do sistema internacional, Becker (2004) intitula isto como duplo patrimônio. Ainda sobre isso é possível afirmar que:

Elementos da natureza estão se transformando em mercadorias fictícias, usando a expressão de Karl Polanyi, em seu livro *A grande transformação*. Fictícias por quê? Porque elas não foram produzidas para venda no mercado – o ar, a água, a biodiversidade. Mas, no entanto, através desta ficção são gerados mercados reais e isto se deu, como Polanyi mostra muito bem, no início da industrialização, quando terra, dinheiro e trabalho foram transformados em mercadorias fictícias, gerando mercados reais. O que é o protocolo de Kyoto se não o mercado do ar? É a tentativa de estabelecer cotas de emissão de carbono nos países fortemente industrializados e poluidores em troca de manutenção de florestas em países com elas dotadas (BECKER, 2005, p. 77).

Na década de 1990, o debate sobre a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos climáticos tornaram-se significativos, levando o foco para os investimentos na proteção ambiental e na abordagem de desenvolvimento sustentável, evidenciando ainda mais a exploração dos recursos ambientais, envolvendo principalmente a Amazônia.

Para Becker (2005), esse processo de mercantilização da natureza sobrepõe a lógica cultural, que se estabelece a partir dos elementos que são transformados em mercadorias, afetando demasiadamente a Amazônia. Noutra aferição a autora afirma : hoje, o movimento de mercantilização é irreversível e temos de saber como lidar com ele. Parece-me que caberia ao governo e à sociedade lutar pela regulação desses mercados, mas ela deveria ser bem negociada (BECKER, 2005, p. 78).

Nas últimas décadas, especialmente no séculos XX e XXI, as mudanças que ocorreram sobre o contexto da Amazônia implicaram na sua inserção ao debate sobre geopolítica mundial, em razão da pressão internacional para a disponibilidade de recursos ambientais estratégicos para manter o desenvolvimento econômico através da disputa por acesso e controle desse território. Essa pressão global acarreta em conflitos geopolíticos e desafios para a soberania nacional e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Becker (2005, p. 72) “O novo significado geopolítico da Amazônia em âmbito global como a grande fronteira do capital natural “ indica o papel estratégico da Amazônia no cenário internacional, em virtude de suas riquezas ambientais e a importância para o equilíbrio climático global.

Um debate recorrente no sistema internacional é a adesão ao desenvolvimento sustentável, com o intuito de diminuir as mudanças climáticas concomitantemente com o crescimento e desenvolvimento econômico. As consequências das mudanças que ocorreram no século XXI, demandam por ações e políticas do governo federal para manter a soberania nacional, enquanto garante a conservação, preservação e desenvolvimento sustentável (AMIN, 2015).

Nesse cenário, o Fundo Amazônia surge como uma ferramenta estratégica da dinâmica de valorização dos recursos ambientais no âmbito internacional paralelamente ao desenvolvimento sustentável e à preservação da Amazônia. Com isso, no contexto do Brasil, percebe-se que há barganha quando se utiliza a Amazônia e principalmente o Fundo Amazônia nos discursos de bioeconomia do governo brasileiro nas negociações internacionais com intuito de não só garantir a preservação, mas também benefícios econômicos para o país.

Entretanto, deve-se equilibrar essa posição importante de negociador, para que não intervenha na soberania nacional no território amazônico e paralelamente atrair doações para financiar projetos como o Fundo Amazônia.

Fundo Amazônia - investimento ou compensação?

Na atualidade, isto é, em meados da segunda década do século XXI, a problemática das mudanças climáticas está cada vez mais inserida na agenda internacional, devido às suas implicações causadas em todo o planeta. Por meio disso, a questão da justiça climática ganhou destaque significativo em várias negociações internacionais, exigindo uma maior cooperação entre os países com o objetivo de mitigar os impactos causados pela crise climática.

Nesse contexto, o Fundo Amazônia (doravante FA) surge como uma ferramenta para auxiliar na mitigação das mudanças climáticas a partir do financiamento de projetos que visam a preservação e conservação da Amazônia.

O FA teve como pilar dois conceitos, o primeiro conceito é a “compensação por resultados”, onde países desenvolvidos investem no fundo, desde que as metas estabelecidas de redução de desmatamento sejam atingidas, o segundo conceito é o de “perdas e danos”, onde países desenvolvidos e com maior emissão de gases do efeito estufa (GEE) ajudem financeiramente países em desenvolvimento que são mais afetados pela crise climática (BNDES, 2009).

No que se diz respeito à preservação de florestas, o Fundo Amazônia atualmente é considerado a maior transferência de recursos dentro do sistema internacional. Por essa razão, o Brasil tem usufruído da Amazônia como um mecanismo de barganha política internacional, a fim de obter vantagens políticas e econômicas em trocas dos compromissos ambientais estabelecidos. Isso é evidenciado pelos investimentos realizados entre 2009 a 2018, em mais de 103 projetos de órgãos públicos e ONGs para apoiar as comunidades tradicionais locais e para fornecer recursos para o combate aos incêndios e desmatamento na Amazônia (FUNDO AMAZÔNIA, 2019).

No entanto, de acordo com o ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2022), em 2019, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, por meio de decretos, tentou alterar as regras internas do FA, provocando uma série de medidas que acarretou na exclusão dos comitês organizadores do fundo. Com isso, resultou no descumprimento de várias metas estabelecidas para o Brasil, e conseqüentemente o aumento da taxa de desmatamento. Em abril de 2019, com a suspensão das atividades e com a crise diplomática com os países doadores, o Fundo Amazônia foi paralisado, o que resultou na suspensão de vários projetos e congelando mais de R\$3 bilhões de reais que foram investidos (G1, 2022). Após vários anos de inatividade, em 2022, o FA foi retomado após o discurso estratégico do presidente recém eleito Luiz Inácio Lula da Silva durante a COP 27, em Sharm el-Sheikh, no Egito, como retrata a Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Lula na COP: “O Brasil está de volta por um planeta saudável e justo”



Fonte: PT (2022)

Durante a conferência, o presidente Lula utilizou de seu discurso para apresentar a Amazônia como um ativo internacional para combater as mudanças climáticas, e exigir uma maior responsabilidade dos países desenvolvidos, como também ampliar a área de atuação do FA propondo utilizar as doações para apoiar projetos voltados para a bioeconomia. A postura adotada pelo presidente marcou uma transição importante na abordagem política em relação à Amazônia.

O financiamento climático que permeia o Fundo Amazônia, é caracterizado pela busca de um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, o governo brasileiro propôs uma alternativa estratégica utilizada como um mecanismo econômico e político que fortalece acordos e agendas multilaterais como o “Acordo de Paris”- aprovado em 2015, pelos 195 países signatários do UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática).

As metas globais estabelecidas pelo Acordo de Paris, limitam o aumento da temperatura média global em menos de 2 °C, e com esforços para restringir a temperatura acima dos níveis pré-industriais, em 1,5°C. Nessa conjuntura, foi desenvolvido as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) com o objetivo de cada governo apresentar suas contribuições para a mitigação das mudanças climáticas de acordo com o contexto econômico e social do país (BRASIL, s/d).

A NDC do governo brasileiro firmou não somente compromissos ambientais, mas estratégias para atrair capital estrangeiro para incentivar projetos sustentáveis no Brasil, em consonância com o Plano de Transformação Ecológica do governo, concomitantemente que propõe alinhar-se às políticas públicas, a transição para um modelo sustentável e a justiça climática. Durante a 29ª Conferência das Partes (COP29), que ocorreu em Baku, no Azerbaijão, em 2024, o governo brasileiro apresentou uma nova NDC que integra o conceito de Bioeconomia como um pilar para o desenvolvimento sustentável, sobretudo na região amazônica (BRASIL, 2024).

Bioeconomia e a “ Abordagem Ecologicamente Limpa “

A bioeconomia tem surgido como uma abordagem economicamente sustentável e central para mitigar as mudanças climáticas e enfrentar os desafios globais existentes no cenário político ambiental no século XXI. Esse modelo de desenvolvimento ampara -se no uso sustentável, na conservação e na regeneração da biodiversidade, direcionado para a agregação de valor por meio do equilíbrio climático e da geração de trabalho e renda, através de conhecimentos científicos e tradicionais (LOPES ET AL. 2024).

De acordo com Vecchione-Gonçalves (2022), essa abordagem se sustenta na economia, na política de descarbonização e na compensação de danos causados pelas emissões decorrente de matrizes de produção e desenvolvimento, que certamente não serão paralisadas ou anuladas nos próximos anos.

Um dos papéis da bioeconomia é apresentar modelos que visem o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar da população e o crescimento econômico. Para Abramovay (2019), esse crescimento não depende do desmatamento, visto que a economia e os indicadores de desenvolvimento do país na Amazônia são menores em locais onde há maiores taxas de desmatamento.

As áreas protegidas no território amazônico são fundamentais para promover a bioeconomia e posicionar o Brasil como líder da maior biodiversidade no mundo, favorecendo políticas que visam a remuneração de serviços ambientais prestados por comunidades presentes na Amazônia. O FA é um exemplo significativo, pois trata-se de

uma iniciativa que reflete essa compensação, neste caso atrair investimentos que financiam projetos de práticas sustentáveis que geram renda (ABRAMOVAY, 2019).

Os efeitos gerados pela valorização e manutenção da biodiversidade vão além dos benefícios para comunidades tradicionais, estendendo-se até as atividades agrícolas, que devem cumprir com suas obrigações legais para a recuperação florestal. A título de exemplo:

Neste sentido, a Rede de Sementes do Xingu, liderada pelo Instituto Socioambiental (ISA), traz um ensinamento altamente promissor: populações indígenas e ribeirinhas que conhecem profundamente a floresta coletam sementes que são analisadas e classificadas por técnicos e vendidas a fazendeiros que precisam ter suas áreas reflorestadas. Até então, o esforço de fazer o plantio por meio de mudas era frequentemente frustrante e de alto custo. Com a associação entre os conhecimentos agrônômicos contemporâneos e o conhecimento tradicional, estes custos foram significativamente reduzidos. Além disso, a atividade gera renda para os coletadores e reduz a tensão entre eles e os fazendeiros que passam a valorizar estas atividades tradicionais e a respeitá-las (ABRAMOVAY, 2019, p. 70).

Para a concretização da bioeconomia no território amazônico, deve-se considerar as problemáticas advindas da cadeia de produção global existente, que favorecem a expansão de terra, e a extração de recursos que visam considerar a demanda global, de forma a concentrar os lucros em grandes corporações internacionais e subnacionais, em contrapartida, as comunidades tradicionais permanecem sem a devida valorização (VECCHIONE-GONÇALVES, 2022).

No entanto, estes governos subnacionais – que desde a década de 1990 viram a possibilidade de atração de investimentos e recursos financeiros para seus territórios, incluindo aqueles de cadeias produtivas mais expansionistas no uso da terra, conectadas à estruturação institucional de uma lógica de conservação e compensação ambiental – não têm posição contrária ao manejo da política de destinação de terras e de conservação ambiental ligada à operação das cadeias de produção globais, o que inclui a de bioeconomia (VECCHIONE-GONÇALVES, 2022, p. 103).

Entretanto, vale ressaltar que esse conceito também é utilizado como um mecanismo de estratégia política no sistema internacional. Dessa maneira, a bioeconomia não é vista somente como uma abordagem sustentável, mas sim como um ativo relevante para as negociações climáticas. Como exemplo, o Brasil com o atual governo de Lula implementa a bioeconomia como uma abordagem estratégica da política ambiental para adquirir mais

investimentos internacionais, e dessa maneira assumir um destaque relevante no cenário político internacional.

Essa abordagem utilizada pelo presidente Lula no seu governo não busca somente aderir a um modelo produtivo sustentável, mas utilizar dessa narrativa sustentável para reconstruir a imagem do Brasil internacionalmente, principalmente após os inúmeros desmontes provocados pela gestão ineficiente do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nesse contexto, um marco importante do seu novo mandato foi sua participação na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm el-Sheikh, no Egito, em 2022. O discurso político do presidente eleito, Lula, recolocou o Brasil como um liderança nas questões climáticas e trouxe uma maior visibilidade e confiança nas relações internacionais do país. O presidente iniciou seu discurso frisando que o combate às mudanças climáticas será um de seus focos durante seu governo, inserindo a bioeconomia como modelo produtivo de sua política ambiental e priorizando a luta contra o desmatamento.

Um dos temas destaques do seu discurso foi a responsabilização do aquecimento global gerado principalmente por países desenvolvidos, atingindo de forma desproporcional e majoritariamente países em desenvolvimento. Em decorrência a isso, o presidente destacou o não cumprimento dos compromissos financeiros internacionais feitos na COP 15, realizada em Copenhague, em 2009, que visava mobilizar US\$100 bilhões anuais a partir de 2020, para ajudar países menos desenvolvidos a enfrentar as consequências decorrentes das mudanças climáticas. No seu discurso, o presidente Lula (2022) expôs :

O Brasil já mostrou ao mundo o caminho para derrotar o desmatamento e o aquecimento global. Entre 2004 e 2012, reduzimos a taxa de devastação da Amazônia em 83%, enquanto o PIB agropecuário cresceu 75%. [...] a luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo. [...] Senhores e senhoras, não há segurança climática para o mundo sem uma Amazônia protegida. Não mediremos esforços para zerar o desmatamento e a degradação de nossos biomas até 2030, da mesma forma que mais de 130 países se comprometeram a assinar a Declaração de Líderes de Glasgow sobre florestas.

Para o presidente, a preservação da Amazônia deve contar com o protagonismo dos povos originários, de maneira a acabar com modelo exploratório e beneficiar os povos indígenas com um modelo sustentável.

Os povos originários e aqueles que residem na região Amazônica devem ser os protagonistas da sua preservação. Os 28 milhões de brasileiros que moram na Amazônia têm que ser os primeiros parceiros, agentes e beneficiários de um modelo de desenvolvimento local sustentável, não de um modelo que ao destruir a floresta gera pouca e efêmera riqueza para poucos, e prejuízo ambiental para muitos (Lula 2022).

Dessa maneira, o presidente utiliza seu discurso para evidenciar a Bioeconomia como um modelo de desenvolvimento sustentável, que resulta na valorização dos povos indígenas e na proteção ambiental em concordância com o desenvolvimento econômico da região. O presidente Lula (2022) afirmou no seu discurso que:

Vamos provar mais uma vez que é possível gerar riqueza sem provocar mais mudança climática. Faremos isso explorando com responsabilidade a extraordinária biodiversidade da Amazônia, para a produção de medicamentos e cosméticos, entre outros. [...] Vamos provar que é possível promover crescimento econômico e inclusão social tendo a natureza como aliada estratégica, e não mais como inimiga a ser abatida a golpes de tratores e motosserras.

Além disso, durante sua participação na COP 27, Lula afirmou que seu governo estava aberto à cooperação internacional para preservar e conservar o bioma amazônico, seja pelo financiamento internacional ou pesquisa científica, através da liderança do Brasil, mas sem renunciar à soberania nacional.

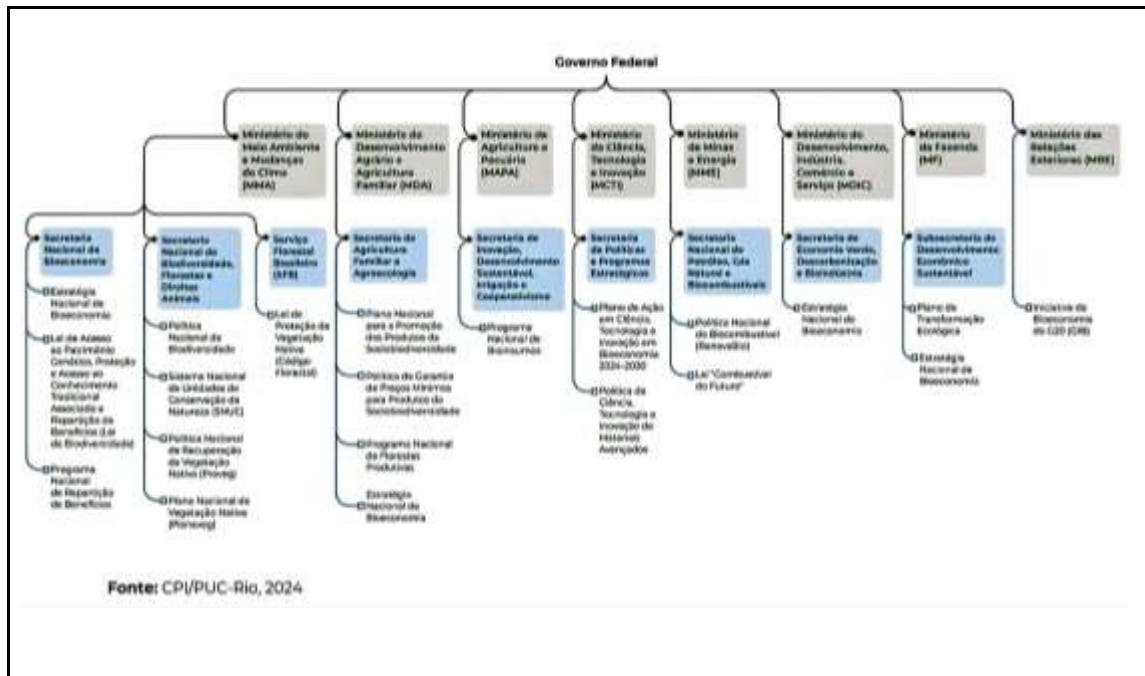
Em seu discurso, o Fundo Amazônia é apresentado não somente como um mecanismo para atrair financiamentos internacionais, mas para ser uma ferramenta de recursos para implementar ações que promovam a bioeconomia. Dessa forma, gerando desenvolvimento sustentável na Amazônia e assim reforçando o discurso de valorização da biodiversidade e preservação do bioma através de um modelo econômico produtivo e viável.

Por conseguinte, as contribuições da bioeconomia para a preservação da Amazônia se dão a partir do desenvolvimento econômico sustentável, geração de renda, pesquisa científica e integração de conhecimento das comunidades locais, corroborando com o que o sociólogo Ricardo Abramovay apresenta na obra “Por uma economia do conhecimento da natureza”.

Nos últimos anos o tema de bioeconomia alcançou um papel notável na governança global, seja por seu potencial econômico, quanto por seu modelo produtivo de desenvolvimento sustentável nas áreas ambientais e sociais, sendo inclusive uma das principais abordagens econômicas sustentáveis utilizadas como estratégias do governo Lula III para inserção do Brasil como líder climático no cenário de crise ambiental internacional.

De acordo com Abramovay (2019, p. 72) “a floresta em pé gera renda e tem um potencial imenso de ser base para inovações tecnológicas.”, isso representa o atual governo brasileiro, que utiliza a bioeconomia como um eixo estratégico para desenvolvimento sustentável no Brasil, e principalmente na Amazônia, propondo uma integração de métodos e práticas que visam a geração de renda, a segurança alimentar, climática e energética, através de políticas públicas cuja são fundamentadas na proteção da biodiversidade e da inovação tecnológica.

Figura 2 - Mapeamento Institucional da Bioeconomia no Brasil.



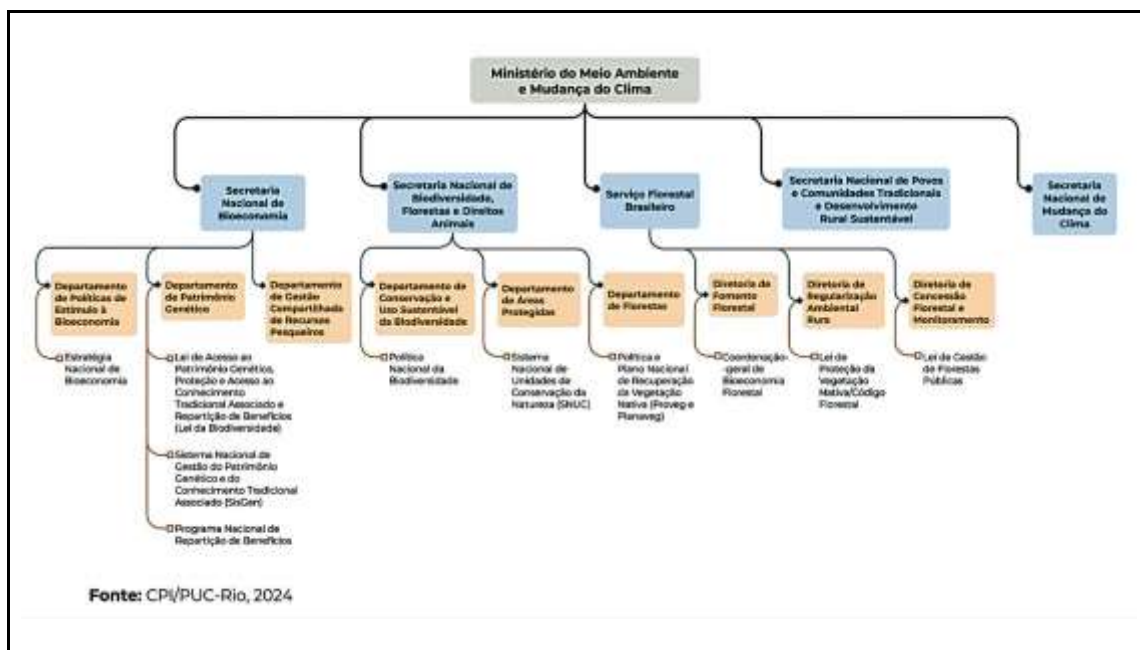
Fonte: CPI/PUC-Rio (2024, p.21)

Dessa forma, o governo adotou várias ações para implementar a Bioeconomia como uma política pública estratégica, e com isso avançar nos marcos regulatórios e

institucionais que abarcam essa abordagem. A primeira ação foi a criação da Secretaria Nacional da Bioeconomia, comandada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) com a finalidade de fomentar o crescimento econômico alinhado com a conservação ambiental e justiça social (LOPES ET AL, 2024).

Ainda para Lopes et al (2024), a agenda de bioeconomia é tratada de maneira transversal no novo governo. Outros ministérios que também atuam na agenda de bioeconomia são Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Minas e Energia (MME) e Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Ministério da Educação (MEC). A atuação dos diversos ministérios nessa agenda está ilustrada na Figura 2 que apresenta um mapeamento institucional da bioeconomia no atual governo.

Figura 3 - Mapeamento Institucional da Bioeconomia no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.



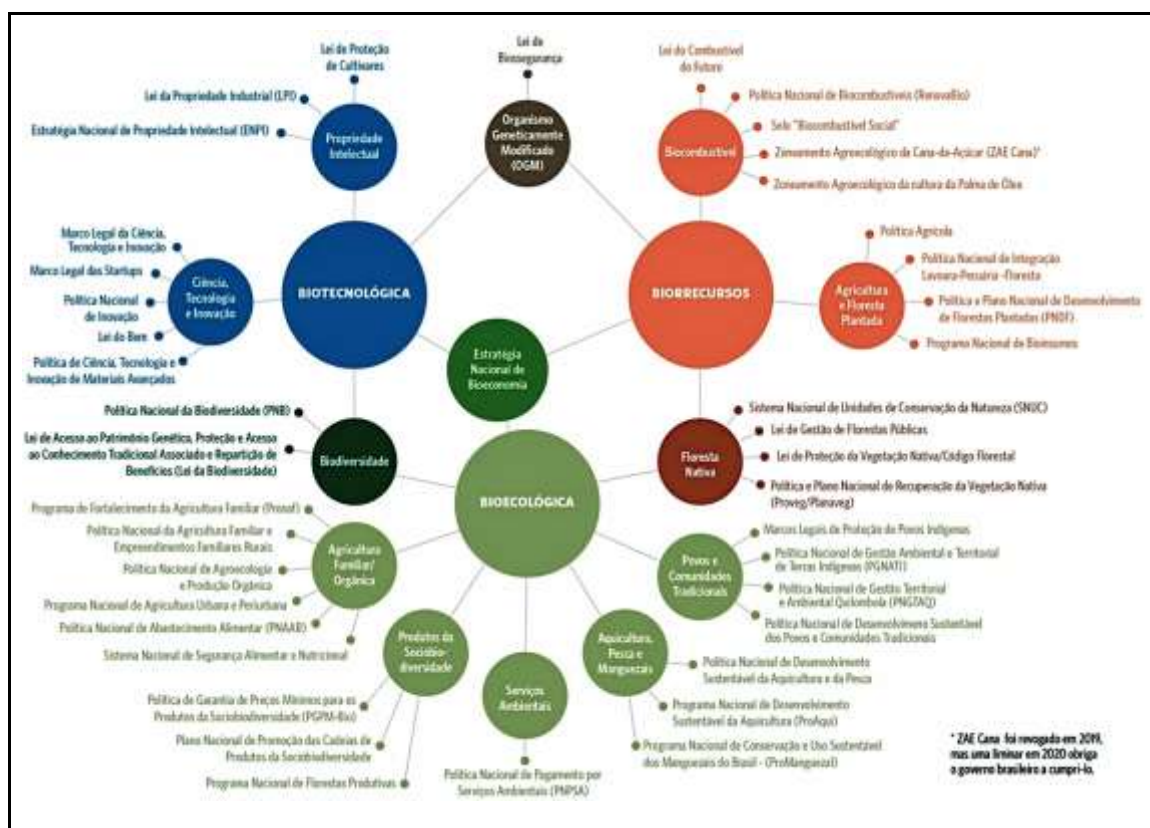
Fonte: CPI/PUC- Rio (2024, p. 19)

Esse marco regulatório evidencia uma aposta do governo na bioeconomia como novo modelo produtivo, a fim de integrar práticas econômicas e sociais com proteção da

biodiversidade, segurança alimentar, climática e energética. Além de garantir uma articulação mais efetiva entre os ministérios que compartilham a agenda de bioeconomia de forma transversal. No entanto, a força política e estratégica está centrada no ministério comandado por Marina Silva e se desdobra conforme a figura acima.

Em 2024, estabeleceu a Estratégia Nacional de Bioeconomia, com função de coordenar e instituir políticas públicas para o desenvolvimento da bioeconomia. Além disso, propôs criar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), como um mecanismo para implementar a Estratégia Nacional de Bioeconomia e ampliar o debate sobre bioeconomia, assegurando uma maior participação dos ministérios que compartilham da agenda e promovendo a bioeconomia como um propulsor de desenvolvimento econômico e sustentável no país (LOPES ET AL, 2024). As Três Visões e os Marcos regulatórios, bem como a sua complexidade na estrutura do governo Lula III podem ser vista na Figura 4:

Figura 4 - Marcos Regulatórios e as Três Visões de Bioeconomia



Fonte: CPI/PUC-Rio (2024, p. 14)

Nesse ínterim, o governo Lula III promoveu debates acerca da Bioeconomia em eventos nacionais e internacionais, a título de exemplo, sua atuação como presidente da cúpula do G20 (Fórum de cooperação econômica internacional composto por 19 maiores economias do mundo, União Africana e União Europeia), que ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. na qual realizou debates em torno do desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global (BRASIL, 2024).

Após inúmeros debates, a Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB), proposta pela presidência brasileira do G20, e coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), aprovou os 10 Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável e fomentando a inovação, o empreendedorismo e o uso responsável dos recursos biológicos (BRASIL, 2024). É pertinente mencionar que, durante a cúpula do G20, países europeus, sobretudo França e Alemanha propuseram tornar obrigatória a contribuição financeira pelos países em desenvolvimento para mitigação e adaptação climática, visto que atualmente os países em desenvolvimento podem realizar contribuições voluntárias com base no Acordo de Paris. Todavia, de acordo com a Folha de São Paulo (2024), o Brasil e outros países resistiram a essa proposta e alegaram que países ricos não cumpriram com a meta de financiamento climático , que visa contribuir com US\$100 bilhões anuais, conforme acertado no Acordo de Paris, em 2015.

Figura 5 - Presidente Lula durante Cúpula de Líderes do G20, Rio de Janeiro (18/11/2024)



Fonte: Ricardo Stuckert, 2024

Durante a realização da cúpula, e a visita do presidente da China, Xi Jinping ao Brasil, o BNDES assinou acordos internacionais que propõe captar financiamento para o Brasil. Do mesmo modo, recebeu mais de R\$374 milhões em doações feitas pela Noruega e o compromisso dos EUA em investir R\$289 milhões no Fundo Amazônia (AGÊNCIA BNDES DE NOTÍCIAS, 2024).

De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante (2024), “ Este esforço apresentou resultados expressivos durante as conferências do G20 e na visita ao presidente Xi Jinping, quando formalizamos nova parceria com a China” , isso reforça o princípio de responsabilidade comum (RDC), onde todos têm a responsabilidade de mitigar as mudanças climáticas, porém essa responsabilidade é atribuída diferentemente para cada país, nesse cenário, países ricos e conseqüentemente mais poluidores, devem contribuir com financiamento climático para países em desenvolvimento (AGÊNCIA BNDES DE NOTÍCIAS, 2024; UNFCCC, S/D).

Dessa maneira, Mercadante reitera a legitimidade do Brasil em cobrar compromissos não cumpridos anteriormente e garante uma maior inserção dentro do cenário internacional ambiental , visto que o Brasil está adquirindo novas cooperações e investimentos. Essa conjuntura evidencia a atuação do governo brasileiro em posicionar o país como um ator relevante para as políticas ambientais e as mudanças climáticas, e conseqüentemente atrair financiamento e reconhecimento para o país.

Sob a perspectiva da bioeconomia, é importante salientar a necessidade de ir além de discursos em eventos internacionais e implementar efetivamente uma abordagem prática e operacionalizada por intermédio de políticas públicas eficazes no contexto da Amazônia (ABRAMOVAY, 2019).

A bioeconomia como proposta para reposicionar o Brasil no cenário internacional, tem obtido grandes avanços nas políticas ambientais brasileiras e na diplomacia ambiental. Contudo, vale destacar que o mecanismo de barganha internacional utilizado pelo governo Lula III necessita ultrapassar o discurso estratégico, visando integrar as práticas efetivas para desenvolvimento sustentável, evitando transformar essa política em um greenwashing, e não transformar essa retórica ambiental em um discurso evasivo.

Tal situação é passível de acontecer quando o governo não utiliza de políticas públicas efetivas alinhadas à prática do desenvolvimento sustentável; quando utiliza o discurso de bioeconomia para camuflar as práticas predatórias, enquanto adquire investimentos internacionais; quando as políticas relacionadas a bioeconomia não envolvem a participação social e a inclusão dos povos originários e as comunidades tradicionais como protagonistas de ações efetivas; e por fim, a falta de transparência em relação aos indicadores e resultados da política ambiental direcionada para a Bioeconomía.

Considerações finais

A bioeconomia é abordada ao longo do trabalho como um modelo produtivo econômico que baseia-se na utilização de recursos naturais de maneira sustentável, visando o desenvolvimento econômico e social, valorizando e preservando a biodiversidade. Essa abordagem é pautada para entender a política ambiental brasileira durante o governo Lula III, e como esse discurso estratégico é utilizado para reconstruir a imagem do Brasil internacionalmente, de modo a atrair financiamento para o Fundo Amazônia.

O recorte temporal é justificado pelo rompimento das políticas ambientais entre o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e o governo Lula (2023-vigente), em razão do desmonte institucional, da crise diplomática, da alta taxa de desmatamento e dos incêndios durante o governo Bolsonaro. A utilização da bioeconomia pelo governo Lula tem como intuito fomentar a cooperação e os investimentos internacionais, como também o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O discurso do presidente recém eleito, Lula, em 2022, durante a 27ª Conferência das Partes (COP 27), que ocorreu em Sharm El Sheikh, no Egito, proporcionou uma atenção maior para o Brasil em relação às questões climáticas, e retomou seu papel ativo como líder climático. A pesquisa abordou a bioeconomia e a geopolítica como as ferramentas estratégicas do governo Lula III para reposicionar o Brasil no cenário ambiental internacional, sendo o Fundo Amazônia um dos principais instrumentos de negociação.

A relevância deste debate reside na necessidade de se entender como o governo brasileiro explora a Amazônia e sua biodiversidade como um ativo diplomático,

conciliando os compromissos internacionais com a soberania nacional e o desenvolvimento sustentável. Além disso, a pesquisa permitiu identificar as dinâmicas de governança climática e os efeitos do restabelecimento do Fundo Amazônia no financiamento das políticas ambientais no Brasil.

A análise desenvolvida no decorrer desta pesquisa permitiu compreender o Fundo Amazônia e sua relação com a bioeconomia, elucidando como esse conceito é abraçado no discurso político na busca de ganho de capital para os investimentos que consolidam a posição do Brasil como um líder climático. A investigação também examinou a transição política entre os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, das políticas ambientais proferidas e das estratégias de reinserção no sistema internacional.

A pesquisa apresentou como a bioeconomia tem sido utilizada pelo governo Lula III não como um modelo produtivo sustentável, mas como uma ferramenta de negociação diplomática internacional, buscando o capital estrangeiro e o fortalecimento da diplomacia ambiental brasileira. A ativação do Fundo Amazônia, articulada a discursos na diplomacia ambiental, em eventos como a COP 27, permitiu a ampliação da participação do Brasil no desenvolvimento do debate internacional.

Todavia, é importante salientar que é fundamental que essa estratégia utilizada pelo governo Lula III em utilizar o FA como um mecanismo de barganha internacional a respeito da Bioeconomia, não seja somente um discurso efusivo, mas que contenha práticas tangíveis para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Diante do exposto, o estudo tomou por base o momento em que o Fundo Amazônia deixou de ser visto apenas como um mecanismo de preservação ambiental, de fato, entendendo-o como um instrumento de negociações no âmbito global, evidenciando-se que ainda que o financiamento internacional seja um pressuposto para a preservação e conservação da Amazônia, também representa desafios à soberania brasileira, dadas as condições de administração do fundo, influenciadas pelos interesses dos países doadores. Com isso, evidenciou-se que o governo do Lula III, de fato, explorou a bioeconomia como uma retórica política, contribuindo para a atração dos investimentos necessários, ao mesmo tempo em que tenta equilibrar essa dependência com a soberania nacional.

O debate sobre mercantilização da natureza, proporcionou uma maior compreensão de como o FA se incorpora nesse contexto, como uma ferramenta para atrair investimentos para financiar projetos sustentáveis e como instrumento de barganha. Por fim, esta pesquisa teve como intuito apresentar como a bioeconomia articula com o Fundo Amazônia, se transformando em um discurso político e diplomático que corrobora com a soberania brasileira sob o território amazônico, posicionando o Brasil como um ator importante para o debate ambiental e promovendo a valorização da Amazônia. O discurso do presidente Lula na COP 27, enfatizou como o Brasil pode utilizar a bioeconomia para ressaltar as relações internacionais do Brasil através da Amazônia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: Por uma Economia do Conhecimento da Natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 17–38, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5993>.

BRASIL. **G20 chega a consenso e estabelece princípios de alto nível sobre bioeconomia**. Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/g20-chega-a-consenso-e-estabelece-principios-de-alto-nivel-sobre-bioeconomia>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BECKER, Bertha Koiffmann, 2005. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19: 71–86.

BECKER, Bertha Koiffmann. 2012. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. Espaço Aberto 2 (1): 117–150.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Com acordos internacionais e doações ao Fundo Amazônia, BNDES capta R\$ 2,6 bi**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Com-acordos-internacionais-e-doacoes-ao-Fundo-Amazonia-BNDES-capta-R\\$-26-bi/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Com-acordos-internacionais-e-doacoes-ao-Fundo-Amazonia-BNDES-capta-R$-26-bi/). Acesso em: 23 abr. 2025.

BNDES. **Fundo Amazônia.** 2009. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2009_port.pdf . Acesso em: 29 ago. 2024.

LOPES, Cristina Leme ; CORLETO, Ana Flávia ; CHIAVARI, Joana. **Bioeconomia no novo governo Lula: avanços regulatórios e institucionais.** 2023. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/bioeconomia-no-novo-governo-lula-avancos-regulatorios-e-institucionais/>. Acesso em: 3 fev. 2025

FOLHA DE S.PAULO. **Países europeus querem usar G20 para obrigar emergentes a contribuir com financiamento climático.** 3 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/paises-europeus-querem-usarg20-para-obrigar-emergentes-a-contribuir-com-financiamento-climatico.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FUNDO AMAZÔNIA. **Fundo Amazônia.** Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório Anual de Atividades 2019.** 2019. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

G1. **Bolsonaro diz que pediu o cancelamento da Conferência do Clima no Brasil em 2019.** 28 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/28/bolsonaro-diz-que-pediu-cancelamento-da-conferencia-do-clima-no-brasil-em-2019.ghtml> Acesso em: 1 fev. 2025.

G1. **Fundo Amazônia:** entenda o que é a iniciativa abandonada por Bolsonaro e que tem R\$ 3,2 bilhões paralisados. 3 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/11/03/fundo-amazonia-entenda-o-que-e-a-iniciativa-abandonada-por-bolsonaro-e-que-tem-r-32-bilhoes-paralisados.ghtml> . Acesso em: 23 abr. 2025.

G1. **Veja íntegra do discurso de Lula na COP 27.** Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml> |. Acesso em: 18 nov. 2024.

GLOBO.COM. **Lula abre Cúpula da Amazônia em Belém.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/08/lula-abertura-da-cupula-da-amazonia-em-belem.ghtml> . Acesso em: 3 fev. 2025.

ISA – Instituto Socioambiental. **STF reconhece omissão do governo e decide pela reativação do Fundo Amazônia.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/stf-reconhece-omissao-do-governo-e-decide-pela-reativacao-do-fundo> . Acesso em: 18 nov. 2024.

LIRA, Elizeu Ribeiro. 2011. **A Gênese de Palmas - Tocantins - A Geopolítica de (Re)Ocupação Territorial na Amazônia Legal.** Goiânia: Kelps.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Nova NDC do Brasil representa paradigma para o desenvolvimento do país, diz Marina na COP29.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/nova-ndc-do-brasil-representa-paradigma-para-o-desenvolvimento-do-pais-diz-marina-na-cop29> . Acesso em: 23 abr. 2025.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Lula na COP: O Brasil está de volta por um planeta saudável e justo.** Disponível em: <https://pt.org.br/lula-na-cop-o-brasil-esta-de-volta-por-um-planeta-saudavel-e-justo/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SAAD, Carla. **Lula pede metas climáticas mais ambiciosas e que países ricos assumam responsabilidade.** Veja, 1 fev. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/lula-pede-metas-climaticas-mais-ambiciosas-e-que-paises-ricos-assumam-responsabilidade/> . Acesso em: 1 fev. 2025.

UNFCCC. Introduction to Climate Finance. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>. Acesso em: 23 abr. 2025.

VECCHIONE-GONÇALVES, Marcela. Financiando a Amazônia: Do Piloto de Proteção nos Anos 90 à Bioeconomia Descarboxada do Terceiro Milênio, p. 85-110. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde.** São Paulo: Blucher, 2022. ISBN: 9786555502480, DOI 10.5151/9786555502480-04

WWF BRASIL. Acordo de perdas e danos e volta do Brasil à diplomacia climática são destaques da COP27. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?84140/Acordo-de-Perdas-e-Danos-e-volta-do-Brasil-adiplomacia-climatica-sao-os-destaques-da-COP27>.

Acesso em: 17 nov. 2024.

Recebido: 02/05/2025 Publicado: 08/08/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito